

---- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, no Auditório Municipal de Sabrosa, teve lugar pelas dezoito horas, a segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pelo Deputado Senhor Engenheiro António Manuel Ribeiro Graça, coadjuvado pelos Senhores Deputados Dr.^a Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda de Pavão como Primeiro Secretário e Mário Vilela Gonçalves, como segundo Secretário. -----

----Feita a chamada, verificou-se a presença dos Senhores Membros eleitos:-----

___ António Manuel Ribeiro Graça;-----

___ Helena Maria Campos Ervedosa Lacerda de Pavão;-----

___ Mário Vilela Gonçalves;-----

___ António Aventino Lopes da Silva;-----

___ Alexandre Fernandes Ferro;-----

___ Filipe Augusto Cunha Correia;-----

___ Maria Lúcia da Rocha Prates;-----

___ João Xavier de Matos;-----

___ Joaquim José Vilela do Cabeço;-----

___ Manuel Augusto Jorge;-----

___ Paulo Jorge Araújo Ribeiro;-----

___ Mário Augusto dos Santos Varela;-----

___ Octávio Manuel dos Santos Tórrie;-----

___ Maria de Fátima Leite Gomes Alves;-----

___ João Manuel Teixeira;-----

___ Avelino António Coelho Amaral;-----

PRESIDENTES DE JUNTA:-----

___ Cristiano Cândido Teixeira;-----

___ Serafim do Vale Monteiro;-----

___ António Pinheiro Pinheiro;-----

___ António Gilberto Regas Correia;-----

___ José Manuel Alves Pereira;-----

___ José João Machado de Carvalho;-----

___ Carlos Manuel Lebres Lopes Seco;-----

___ Fernando de Carvalho da Silva;-----

___ José António dos Anjos Pereira;-----

___ Manuel Clemente Videira Correia Teixeira;-----

___ Manuel Emílio Alves Cerqueira Coelho;-----

___ Mário Vilela Gonçalves;-----

___ José Vitória Rebelo;-----

___ António Rodrigo da Silva Timóteo;-----

___ Manuel Marcelino Alves;-----

Faltou justificando a falta:-----

___ Luís Rodrigues de Carvalho;-----

---- Aberta a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por cumprimentar desejando Boas Festas, um Bom Ano e agradecer a presença de todos e, antes de passar ao período antes da Ordem do Dia gostava de submeter à apreciação da Assembleia, uma petição apresentada pelo Munícipe Senhor José Adelino Marques Peras, que por razões várias e, porque se encontra ausente, não teve oportunidade de antecipar o seu pedido, se ninguém se opusesse, dar-lhe-íamos a palavra .-----

---- O Senhor José Adelino após os cumprimentos, pediu desculpa pela forma como apresenta a sua intervenção, referiu estar ausente e de cada vez que regressa à sua Vila, choca-o o que vê no seu bairro, Bairro João Paulo II, cada vez mais degradado. Lembra que quando o mesmo foi inaugurado o espaço envolvente seria para espaços verdes e não construções clandestinas, hortas, barracas e galinheiros. Pede para porem mão naquelas obras. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, começou por dar as boas vindas a todos os presentes e respondendo à intervenção anterior disse: todos somos confrontados, não só em Sabrosa mas sim por todo o País com situações irregulares e obras clandestinas, este Executivo estará atento a todas as situações, não só a esta, mas a todas as outras e, irão ser tomadas posições para tentar resolver as situações e disciplinar os procedimentos e, no caso deste Munícipe terá toda a nossa atenção. ----

----PONTO UM: PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----UM PONTO UM: Apreciação da acta da Sessão anterior.-----

----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu-se á acta e ao lapso nela existente relativamente à deputada Maria de Fátima Fernandes da Cunha, substituída no acto da tomada de posse pelo Deputado Alexandre Fernandes Ferro.-----

----Foi dada ao Deputado António Aventino Lopes da Silva que passou a ler a declaração que se transcreve:-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

A todos desejo um Bom Ano Novo.-----

Na acta da instalação dos Órgãos Municipais, de 05/10/28, não consta a minha intervenção. Ora eu pedi a palavra para dizer a V. Ex.^a que não tinha sido submetido, como a lei exige, à apreciação e votação, de imediato, o Regimento desta Assembleia Municipal. E agora acrescento: não basta que V. Ex.^a diga “que dado o adiantado da hora não iriam submeter à apreciação e votação”... e isto porquê? É que a soberania

que a lei confere à Assembleia Municipal não pode ser restringida e ajustada somente à Mesa ou ao seu Presidente. Tal soberania é deste todo; Mesa e Assembleia Municipal. Nestes termos, o que tinha que ser feito era colocar à apreciação da Assembleia Municipal o assunto e deixá-la pronunciar-se, em vez do que aconteceu, apresentando o assunto como facto consumado”-----

----UM PONTO DOIS-----

----O Sr. Presidente da Assembleia deu as informações necessárias invocando o nº. 5 do artº. 45º, da Lei 169/99 de 12 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informou que o Regimento iria ser posto à votação e o não ter ficado expresso em acta deve-se ao facto de ter sido dito que até elaboração de um novo Regimento se trabalharia com o actual, conforme o legalmente estabelecido.-----

----Feita a rectificação, foi posta a acta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----De seguida o Sr. Presidente da Mesa abriu um período de intervenções-----

----Inscreveram-se para intervir os Srs. Deputados:-----

___ Octávio Manuel dos Santos Torrie;-----

___ Maria de Fátima Leite Gomes Alves;-----

___ Manuel Marcelino Alves;-----

----O Sr. Deputado Octávio Manuel dos Santos Tórrrie apresentou três assuntos que o têm preocupado e que a anterior Câmara deixou por resolver: A colocação de uma placa de estacionamento proibido antes da ponte do Caminho de Ferro no Pinhão, para evitar acidentes no percurso Pinhão/Covas; limite de velocidade em Chancelheiros e as bermas da curva junto à Quinta do Barroqueiro.-----

----A Senhora. Deputada Maria de Fátima Leite Gomes Alves, desejou um trabalho profícuo e empenhado para o mandato que se inicia, e ao Executivo êxito na condução dos destinos do nosso Concelho, informando o seguinte: “há no Bairro do Rapa uma situação que me preocupa, seria necessário a colocação de uma grade de protecção junto do Fontanário do Rapa; alertar para uma casa em ruínas na Rua da Fontela que põe em risco quem por ali passa; gostaria de saber qual o ponto de situação de uma obra que foi executada na Rua de Stª. Barbara, por esta rua ser uma das mais bem pavimentadas e actualmente estar idêntica a todas as outras da parte alta da Vila, gostaria de saber se o Executivo está sensibilizado para os acidentes que têm ocorrido e para quando uma rotunda no cruzamento de S. Martinho de Anta/Roalde” e, questionou ainda sobre os presentes de Natal dos funcionários, lembrando que no nosso Concelho existem produtos superiores aos vinhos de Alijó e lembrando ainda o Executivo que existem no Concelho Empresas para projectarem melodias Natalícias.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Vilarinho de S. Romão, apresentou as questões que se transcrevem na íntegra:-----

--- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

----Minhas Senhoras e meus Senhores-----

Exmo Senhor Presidente da Câmara.-----

Tem-se verificado nestes últimos anos, um desrespeito, diria mesmo atropelo, da legislação que regulamenta as obras particulares de edificação, nomeadamente, no que se refere à aplicação dos prazos, para que a Câmara Municipal se pronuncie sobre o deferimento ou indeferimento de qualquer projecto de arquitectura, ou seja, sobre a aplicação dos prazos previstos no artigo 20.º (*Apreciação dos projectos de obras de edificação*), do Decreto-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º177/01 de 4 de Junho. -----

---ORA:-----

---O não cumprimento destes prazos, significa a violação da legislação em vigor, já referida. -----

----PORQUE SERÁ?-----

---Porque considero, que a todos os Municípios, deve se aplicado o princípio da igualdade, dirijo a V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, as seguintes questões: -----

1- QUE PRETENDE FAZER V. EX.^a QUANTO AO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO ACIMA REFERIDA? -----

2-E CASO, TAIS PRAZOS NÃO SEJAM CUMPRIDOS, QUE MEDIDAS PRETENDE TOMAR?-----

3-A QUEM PRETENDE PEDIR RESPONSABILIDADES?-----

---E, já que me refiro às obras particulares, não poderia deixar de mencionar as obras Municipais. -----

----POIS: -----

---Conforme decorre da Acta da Reunião, do executivo da Câmara Municipal de Sabrosa, no dia 8 de Agosto de 2001, foi: “Presente informação Número 1054 datada de 06/08/2001 da DOUSU relativa ao assunto: -----

ORA, O TAL ASSUNTO É O DA; -----

“Construção de Muros de Vedação ao Recinto da Igreja – Celeirós – Consulta de preços”, que é do seguinte teor: -----

“Informa-se, conforme é do conhecimento de V. Ex.^a, que se torna necessário proceder à consulta de preços para eventual adjudicação da empreitada acima referida, pelo que se anexa o mapa de medições/orçamento no valor de (novecentos e cinquenta e sete mil e novecentos escudos)”. -----

---Deliberação: Aprovar o mapa de trabalhos anexo à informação supra referida e adjudicar a realização dos trabalhos por ajuste directo após consulta a várias

empresas nos termos do regime jurídico de empreitada.-----

---Aprovada por unanimidade.-----

---E:-----

Na Acta da Reunião do dia 12 de Fevereiro de 2003, do executivo da Câmara Municipal de Sabrosa, foi: “Presente informação n.º 144 da DOUSU datada de 28/01/2003 a enviar o relatório final e a conta da obra: **“Construção de Muros de Vedação ao Recinto da Igreja de Celeiros** – Adjudicação 1.117.550\$00. Informa ainda que a recepção provisória não foi elaborada, embora à data da elaboração do ultimo auto ficasse concluída a obra, estando em condições de ser recebida provisoriamente. -----

Deliberação: Aprovar os documentos acima referidos. Aprovada por maioria de votos dos membros presentes com os votos contra dos Vereadores Senhor Coronel Pizarro e Doutor Joaquim Cabeço. -----

---ORA:-----

---Pelo que julgo conhecer do local, salvo opinião em contrário, o local onde a Igreja de Celeirós está edificada não possui recinto próprio. -----

---A ser assim, não poderia haver a obra de **“Construção de Muros de Vedação ao Recinto da Igreja - Celeirós”**. -----

---DESTA FORMA:-----

---Usando a faculdade que a alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, confere a esta Assembleia Municipal, em relação ao assunto acima descrito:-----

---DEIXO A SEGUINTE QUESTÃO:-----

---Onde foi executada a obra de **“Construção de Muros de Vedação ao Recinto da Igreja de Celeirós”**? -----

---Ainda, no âmbito das Obras Municipais, em meu entender seria conveniente apurar, quais as obras que foram candidatas, e qual o ponto da situação das mesmas, quer em termos de execução física, quer em termos de execução financeira, nomeadamente:

1. **Entrada Poente à Vila de Sabrosa:**-----
2. **Variante à entrada Poente da Vila de Sabrosa:**-----
3. **Zona Industrial de Sabrosa (2.ª fase):**-----
4. **Despoluição dos Rios Ceira e Pinhão:**-----
5. **Infra-estruturas da zona da Serra em Souto Maior:**-----
6. **Caminho Rural de Vilarinho a Paradelinha (Volta do Carro):**-----
7. **Caminho Agrícola de Celeirós ao Passadouro:**-----
8. **Aldeia Vinhateira de Provezende:**-----
9. **Piscinas Municipais Cobertas:**-----

10. Arranjo Urbanístico da Quinta das Almeidas:-----

---Quanto à obra da “Entrada Poente à Vila de Sabrosa”, deixo desde já as seguintes certezas. -----

---A obra está concluída e encerrada, pelo que seria um espanto que alguém viesse, agora, em relação a tal obra, exigir pagamentos por alegados trabalhos a mais.-----

---Para finalizar, e conforme notícia publicada no Jornal Semanário “**Notícias de Vila Real**” do dia 2 de Novembro de 2005, dirijo a V. Ex.^a mais a seguinte questão:

---Foi, ou será, solicitada uma **AUDITORIA** à Câmara Municipal?”-----

---O mesmo Deputado apresentou os seguintes requerimento:-----

“**MANUEL MARCELINO ALVES**, deputado da Assembleia Municipal de Sabrosa, usando da faculdade que a alínea f) do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, lhe confere, solicita os bons ofícios da Mesa da Assembleia, no sentido de ser obtida uma cópia do projecto da obra de “**Construção de Muros de Vedação ao Recinto da Igreja - Celeirós**”, aprovado em reunião do executivo da Câmara Municipal, no dia 8 de Agosto de 2001, incluindo peças escritas e desenhadas, actas, informações e despachos, e lhe seja entregue, de forma a permitir fazer uma avaliação do respectivo projecto, e tomar as iniciativas políticas, ou outras, que achar por convenientes.----- Sabrosa, 29 de Dezembro de 2005”-----

“**MANUEL MARCELINO ALVES**, deputado da Assembleia Municipal de Sabrosa, usando da faculdade que a alínea f) do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, lhe confere, requer a V. Ex.^a, certidão integral da acta, da parte que se reporta à minha intervenção, e às respostas dadas às questões que coloquei. ----- Sabrosa, 29 de Dezembro de 2005”-----

---O Sr. Mário Augusto dos Santos Varela cumprimentou na pessoa do Sr. Presidente todos os presentes. Disse estar a Câmara Municipal apetrechada de bons Gabinetes Técnicos e razoavelmente bem em termos humanos que, em cinco dez minutos se resolvem os problemas, os Gabinetes estão sempre abertos para responderem a estas questões, não havendo necessidade de levar certos assunto à Assembleia, por isso deveríamos levar assuntos de interesse para o desenvolvimento do Concelho e não assuntos que nos ridicularizem, não se justifica que nos cafés as pessoas questionem sobre o desenvolvimento do Concelho, por isso propunha antes da aprovação do orçamento, uma Assembleia Extraordinária, para discussão sobre as prioridades e chegarmos a um consenso para o caminho a seguir. Por exemplo vai gastar-se milhares de contos em Provesende. Pergunta: desse projecto vamos rentabilizar algo? -----

---Sr. Presidente da Assembleia respondeu ao Senhor Deputado, fazendo uma abordagem para que essa Assembleia, a realizar-se, tenha à partida questões e estratégias resultantes de uma discussão prévia e que o Executivo possa aproveitar as propostas que daí resultarem. -----

---O Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão do Douro cumprimentou todos os presentes, e a sua intervenção baseou-se particularmente no último Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde deu conta de algumas das questões abordadas com interesse para os Municípios Portugueses. -----

---Abordando o assunto das escolas Primárias do Concelho, sobre o seu encerramento, manifestou total desacordo, dizendo que toda a Freguesia está unida e reitera a confiança no Executivo, pois têm uma grande palavra a dizer. A Escola de S. Cristóvão actualmente tem seis alunos e provavelmente este número, no futuro irá aumentar, o que será um grande problema se a escola fechar, as pessoas estão em desacordo e unidas para solucionar, se possível, este problema. Deixava o nosso apoio ao Executivo para impedir o encerramento desta escola e outras que possivelmente estão nas mesmas circunstâncias.-----

---O Sr. Presidente de Junta de Celeiros, disse ter ficado surpreendido com as declarações do Presidente da Junta de Vilarinho de S. Romão, desconhecendo as mesmas e solicitou ao executivo para averiguar as responsabilidades e que haja rigor para ir até às últimas consequências, porque não existe qualquer muro. Sobre o acesso à estrada do Passadouro tanto a Freguesia de Celeiros como a de Vilarinho, foram vítimas do desperdício de uma atribuição de subsídio na ordem dos 75% para fazer estes acessos. “Pedia ao Executivo mais rigor e que de hoje para o futuro e é com mágoa das pessoas que representavam o meu partido que fossem frontais; quando tiverem que dizer que não a um Presidente de Junta, digam não, não andem a enganar ninguém.” Solicitou ainda a todos para, se possível, verificarem o que se está a passar na EB 2,3 pois os suicídios são frequentes, tendo o último ocorrido na sua localidade. Na questão das obras camarárias é da opinião do Presidente da Assembleia para em conjunto nos debruçarmos sobre as Obras do Concelho, mas na minha opinião o acesso a Vila Real é uma das prioridades. Terminou desejando um Bom Ano a todos.-----

---O Sr. Presidente da mesa deu novamente a palavra ao Deputado Sr. António Aventino Lopes da Silva, que a seguir se transcreve:-----

“Queria referir-me ao saneamento em Paredes, porém, que fique bem claro que não estou agora (à pressa) a falar do assunto. Já o fiz anteriormente e estou consciente das dificuldades orçamentais. Só estou simplesmente a solicitar que fosse tido em consideração numa próxima oportunidade, porquanto:-----

a) - É a aldeia maior da Freguesia, exceptuando a Sede.-----

b) - Existem lá problemas com as fossas.-----

c) -Há aldeias mais pequenas na freguesia, com menos eleitores, e com saneamento”.-----

Sobre as intervenções do Sr. Presidente da Junta de Vilarinho de S. Romão, relativamente aos prazos, “existe o deferimento tácito”, acrescentou.-----

---O Sr. Deputado Filipe Augusto Cunha Correia apresentou cumprimentos e desejos de Bom Ano e disse: Comungo das preocupações do Senhor Deputado Mário Varela. Sobre a proposta de realização da Assembleia Extraordinária disse: deixo ao critério do Sr. Presidente da Câmara, a possibilidade de se criar um fórum ou congresso. Primeiro quantas mais cabeças pensantes melhor e segundo nós próprios teremos outro tipo de motivação para a mesma. Pedia entretanto para se virarem para a parte sul do Concelho que está voltada para as vinhas e, todos os anos vê milhares de euros a desaparecerem, para o Porto ou outros lugares, pois os proprietários das grandes quintas não são do nosso Concelho, e talvez devido as acessibilidades não conseguimos captar muita gente para o Concelho, propunha ao Sr. Presidente da Câmara para interceder junto do Governo a criação de uma derrama sobre a produção de vinho, porque aí seria conseguido algum dinheiro para o Município e depois distribuído para o bem comum.. -----

---Foi dada a palavra novamente à Sr^a. Deputada Maria de Fátima Leite Gomes Alves, respondendo ao Sr. Deputado Mário Varela disse: concorda quando estamos todos empenhados no progresso, não concordando quando o mesmo diz existirem lugares da Câmara Municipal para tratar os assuntos, este lugar Assembleia é um lugar por excelência onde todos podem levar os seus assunto, pois nem toda a gente tem disponibilidade para andar nos corredores da Câmara.-----

---O Sr. Deputado Mário Augusto dos Santos Varela respondeu que tais declarações são verdadeiras, pois assuntos tratados na Assembleia Municipal ridicularizam-nos um bocadinho, por que esses Gabinetes servem para tratar os assuntos aqui discutidos.-----

---Acabado o período de intervenções e antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez o convite a todos os deputados para um jantar convívio como tem sido tradição.-----

---PONTO UM DOIS-----

---O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados.-----

---O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os membros presentes e, ponto a ponto respondeu a todas as questões.-----

---Ao Sr. Deputado Octávio Manuel Santos Tórrie e em relação às placas de sinalização, disse: a sinalética é um grande problema no Concelho, fizemos um

levantamento nos pontos críticos em termos da sinalética e decidimos então reunir em cada freguesia, conforme documento distribuído, que poderá ser chamada uma Presidência Aberta, para identificar estes pequenos problemas e localmente avaliar todas as situações e estabelecer planos de execução e de resolução, então remetia estes assuntos para a reunião que se irá realizar na sua Freguesia, onde o Senhor Deputado poderá estar presente.-----

---À Sr.^a. Deputada Maria de Fátima Leite Gomes Alves disse que iria avaliar todas as situações aqui colocadas. Em reunião com o Director de Distrital de Estradas de Portugal e sobre a ligação de Sabrosa/S. Martinho de Anta à A24, a obra está em PIDAC, o que é favorável, mas existem dois traçados para esta ligação e será preciso saber se há algum licenciamento na área onde se pretende fazer a nova ligação, a Câmara de Sabrosa já respondeu, não sabemos se Vila Real já o fez, quer vá ou não em frente a obra, ainda este ano, teremos que arranjar solução para o dito cruzamento. Sobre as prendas de Natal houve a preocupação de comprar a alguém do Concelho independentemente ser o produto ou não do Concelho, na questão da musica presumo que foram contactadas algumas pessoas do Concelho mas a informação que tive foi que não havia no Concelho quem a fornecesse. -----

- ----Ao Sr. Presidente de Vilarinho de S. Romão respondeu que em relação aos prazos legais, do ponto de vista do actual Executivo pretende-se fazer um levantamento da forma organizacional, encontrando alguns problemas que temos que corrigir de forma a criar maior celeridade e co-responsabilização de todos e em todos os aspectos havendo uma muito importante, a dos serviços quer da DAF quer da DOUSU, para que todos os Municípios possam ser bem servidos, tudo isto levará o seu tempo, e nestas questões levanta-se a co-responsabilização dos Chefes de Divisão e Secção, por tudo isto iremos avaliar todos os assuntos expostos. -----

----Em relação à Auditoria, temos a informar que foi um compromisso assumido e irá para a frente, só não o foi pelo motivo de custar dinheiro e não estar cabimentada e, temos que saber o que pretendemos com essa Auditoria.-----

----Ao Sr. Deputado Sr. Mário Augusto dos Santos Varela disse ser boa a ideia da criação de um plano estratégico. Há problemas a resolver, herdamos uma situação quer do compromisso financeiro quer de obras assumidas e algumas co-financiadas e que limitam qualquer margem de manobra para um Plano de Actividades. Teremos que saber ao longo ao ano de 2006 quais as linhas de projecto de forma que quando abrir o Quadro Comunitário o possamos aproveitar. Há uma coisa com que não concordo, a Assembleia Extraordinária, uma proposta interessante é a criação de uma comissão também já agendada em Plano de, que é o Fórum e que comporta um conjunto de temas específicos, para que o nosso Concelho possa ser mais conhecido. A implantação do GTL será muito importante para a requalificação das nossas

aldeias, o problema maior é que em recursos humanos não pode ser gasto mais do que foi gasto em 2005. -----

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de S. Cristóvão-----

----Há várias escolas do Concelho em vias de fechar o que irá acarretar um problema para o Município, tanto em termos de agrupamento das crianças como em transportes e alimentação. Tudo isto terá que ser avaliado pelo Concelho Municipal de Educação que nunca foi posto em prática e terá de o fazer, assim como a Carta Educativa que está a ser elaborada, todos têm obrigação de colaborar-----

----Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Celeiros e sobre os assuntos levantados pelo Sr. Presidente da Junta de Vilarinho julgo ter dado resposta. A 2ª. Fase de Provesende é de facto um problema para o próximo Plano de Actividades, assim como todas as obras já assumidas, estas respostas são expressas no Plano Financeiro que vos foi entregue.-----

----O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra à Deputada Maria de Fátima Alves que disse para futuramente terem em atenção a compra dos produtos e ainda sobre o som acrescentou existir no Concelho uma pessoa que o poderia ter fornecido, o Sr. César, de Parada do Pinhão.-----

----Terminado o período antes da ordem do Dias, o Sr. Presidente da Mesa informou os Senhores Deputados que se iria passar ao período da ordem do Dia, para apreciar a informação do Sr. Presidente.-----

----O Sr. Presidente da Câmara aproveitou para focar e explicar alguns dos assunto referidos na informação distribuída aos Senhores Deputados.-----

----**PONTO DOIS**-----

----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----**PONTO DOIS UM** -----

---- Appreciar a informação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº. 53º. Da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro., a qual se transcreve:-----

“Dr. José Manuel de Carvalho Marques, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Sabrosa, vem apresentar à Excelentíssima Assembleia Municipal o seguinte:

1. INTRODUÇÃO-----

Não pode deixar de ser referido que este executivo tomou posse sem que tenha havido, por parte de quem antes tinha a responsabilidade de gestão da Autarquia, qualquer transferência de *dossiers*, informações, ponto de situação ou, sequer, disponibilidade para reunir...-----

Herdámos, pois, uma realidade da qual nos estamos a inteirar (e continuam a surgir novas situações diariamente!) sem que tenha havido qualquer passagem de testemunho.-----

Como facilmente se compreende isto tem consequências a vários níveis e, se a apresentação dos documentos previsionais para 2006 de Novembro a Dezembro era só por si tarefa árdua, com estas condicionantes e pretendendo elaborar documentos consistentes, tornou-se humanamente impossível já que foi necessário realizar todo um trabalho de análise das diferentes situações: obras em curso, projectos em carteira, funcionamento dos serviços, etc.-----

Na impossibilidade temporal de ultrapassar todas estas questões, remetemos a apresentação do **Orçamento e Grandes Opções do Plano/2006** para a próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal, a realizar em Fevereiro.-----

2. PANORAMA FINANCEIRO DA CÂMARA-----

A herança financeira quer o actual Executivo encontrou, e a forma através da qual tomou e tem vindo a tomar ao longo destes dois meses de trabalho, conhecimento dos factos económicos que se reportam ao anterior Executivo é de extrema importância: -----

-O trabalho de averiguação destes factos tem sido dificultado pela razão de se terem vindo a apresentar compromissos financeiros assumidos verbalmente (designadamente relativos a obras já efectuadas) e que não tiveram qualquer tipo de tratamento administrativo e financeiro, não se encontrando orçamentados, cabimentados e clarificados.-----

- Não tendo o actual Executivo a posse de toda a informação relativa a implicações de factos ocorridos e designadamente opções tomadas com carácter de longo prazo em termos de investimento, afigura-se (como já referi) que por um lado a realização do Orçamento Previsional e Grandes Opções do Plano é mais morosa e dificultada e por outro lado há uma amputação e redução da própria intervenção política do actual executivo que não quer fazer perigar o equilíbrio financeiro da autarquia. Sendo a prestação de Contas de 2004 o último conjunto de documentos contabilísticos relativo ao encerramento de contas, é a partir deste que se pode desenhar um processo de análise expedita da situação financeira actual (*ver anexo*).-----

3. OBRAS CO-FINANCIADAS-----

Como todos sabem, há muitas decisões que têm efeitos directos sobre o nosso Concelho mas que são tomadas no Terreiro do Paço, no Porto (ou até em Mirandela, onde temos o privilégio de ter o digníssimo Presidente desta Assembleia como Subdirector Regional da Agricultura).-----

É, pois, impossível olhar para o concelho de Sabrosa sem haver grande preocupação com o que se passa para além dos limites do seu território.-----

Fundamentalmente quando há projectos exequíveis neste Município mas que são passíveis de ser financiados em 75% por fundos da União Europeia: **Isto é, há várias obras em que por cada euro que nós investirmos, são 4 euros que trazemos para o nosso Concelho.**-----

Neste sentido, constitui prioridade nossa o aproveitamento dos fundos comunitários (que como já referi, multiplicam os nossos investimentos por quatro), nem que para isso tenhamos de fazer uma redução extrema de outros tipos de despesas. -----

Até porque, é importante utilizar com toda a rapidez os dinheiros disponíveis já que vamos entrar num “período de jejum” em que já acabaram os dinheiros do QCA III e ainda não vai ser possível apresentar candidaturas no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013). Prevê-se que o QREN seja um espécie de conjunto de Planos regionais e/ou Planos estratégicos (Tipo AIBT - Acções Integradas de base Regional). Será um quadro que financiará menos a vertente de infraestruturas e muito mais as acções de índole imaterial.-----

Houve pois, a preocupação estratégica de fazer o ponto de situação relativamente aos diversos projectos e respectivos financiamentos:-----

Preocupação com incumprimento de prazos em obras consideradas fundamentais: - **Despoluição dos rios Pinhão e Ceira (605.522,50€); Variante a poente da Vila de Sabrosa (731.392,14€);** -----

Ainda é possível evitar que as candidaturas “caiam” mas há que imprimir grande velocidade nas etapas que faltam. -----

Necessidade de utilizar o saldo total de que a Câmara Municipal dispõe em FEDER: 739.332€. -----

Envio de ofícios DRATM e marcação de reunião com o Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (e coordenador regional da medida AGRIS) na tentativa de ainda salvar as candidaturas, neste momento completamente fora de prazo (a 1ª é de 2003 e a 2ª de 2001) de:-----

a)-“Caminho Agrícola de Celeirós à Ponte do Passadouro” **(num total de 252.864,27 euros, o FEOGA pagaria 189.648,28€, a administração central 98.276,17€ e haveria um auto financiamento (Autarquia) de 1.242,28€.**-----

b)-“Caminho Rural de Vilarinho de S. Romão a Paradelinha” **(comparticipação FEOGA de 216.093,90 € e auto financiamento de 54.023,47€).**-----

Também havia atrasos nos projectos da Aldeia vinhateira de Provezende, da Zona Industrial de Sabrosa 2ª fase, da Requalificação viária e infraestruturas de ambiente na Zona da Serra de Souto Maior.-----

Por tudo isto foram estabelecidos vários contactos institucionais com o objectivo de salvar aquilo que ainda era possível, com o objectivo de maximizar o aproveitamento dos fundos comunitários.-----

4. GTL DE CELEIRÓS-----

Objectivo de criação de uma Zona de Arquitectura de excelência no Concelho de Sabrosa: Já existia a aprovação de um GTL (Gabinete Técnico Local) para Celeirós e S. Cristóvão do Douro (homologado em 22.01.2005 mas nunca constituído) que será posto a funcionar no mais curto espaço de tempo possível, de preferência com um Arquitecto Consultor que seja um nome sonante e premiado da arquitectura nacional. Além deste, haverá no terreno uma equipa constituída por um Arquitecto coordenador, um arquitecto, um eng.º civil, um arquitecto paisagista, um economista, um técnico urbanista e um técnico de turismo.-----

Também aqui se trata de um programa co-financiado, em que uma equipa capaz, de técnicos superiores cujos vencimentos são pagos em 75% pela Administração Central, poderia ter efeitos muito positivos na globalidade do Concelho (na vertente do turismo, da dinamização económica, da valorização do património, do ordenamento do território, etc.). **Mas, o facto de não ter sido atempadamente constituído (em Fevereiro) e dadas as novas regras de cabimentação, faz com que tenhamos condicionantes acrescidas na sua instalação.**-----

5. PDM DE SABROSA-----

Porque é obviamente um plano fundamental que urge adequar às novas perspectivas de desenvolvimento, foi realizada reunião de trabalho com o Prof. Luís Ramos, chefe da equipa da UTAD responsável pela revisão do PDM, com o objectivo de pedir máxima celeridade no processo de revisão e novo PDM no mais curto prazo possível. Por outro lado, foi realizada reunião com a CCDRN para solicitar a constituição da Comissão Mista de Acompanhamento, processo que ainda não tinha tido lugar.-----

6. VARIANTE À EN322. Ligação Sabrosa (S. Martinho de Anta) – IP3-----

Reunião com o Director Regional das Estradas de Portugal para pressionar o avanço desta importante obra. Importará continuar a pressão pois a obra mantém-se em PIDDAC/2006 mas há ainda algumas questões por esclarecer.-----

7. ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO-----

Reunião com o Conselho de Administração em que foi feito um ponto de situação relativamente a:-----

- Obras da barragem de Torre do Pinhão, -----
- Abastecimento de água ao Concelho de Sabrosa, -----
- Implicações financeiras para o Município, -----
- Situação da ETAR de Sabrosa e conseqüente necessidade de alteração do regulamento municipal de abastecimento de água e saneamento.-----

8. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO-----

- Acção Ordinária 63/2000 na qual é autor António Augusto Alves Ferreira .-----

- Acção Ordinária 15/03.7 TBSBR que corre termos no Tribunal Judicial de Sabrosa, na qual é autor Bártolo José Martins e esposa, residentes em Pedrouços, Maia, e rés a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Gouvinhas.-----

- Processo 79/04.6 BEMDL, Acção Administrativa Especial que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, na qual é demandante a Sociedade Quinta do Portal S.A. e demandados a CM e ainda Adriano Gastão Pereira Ferreira da Rocha, emigrante na Suíça.-----

- Processo 343/05.7 BEMDL, Acção Administrativa Especial que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, na qual são demandantes Mónica Leonor da Silva Oura e outra, e demandados a Câmara Municipal e ainda Alfredo Luís Barroso Martins.-----

9. DIVERSOS -----

Presença em Sabrosa, no dia 15 de Dezembro do Secretário de Estado da Segurança Social e realização de uma reunião de trabalho com as IPSS.-----

Foram realizados contactos com todas as Juntas de Freguesia no sentido de avaliar as prioridades a contemplar nos próximos documentos previsionais: Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

Vão ser iniciadas acções descentralizadas para avaliação dos problemas *in loco* e com acompanhamento técnico, nas diferentes Freguesias, por ordem alfabética: 4 de Janeiro em Celeirós do Douro; 11 de Janeiro em Covas do Douro; 18 de Janeiro em Gouvães do Douro; 25 de Janeiro em Gouvinhas; 1 de Fevereiro em Paços; 8 de Fevereiro em Parada de Pinhão; 15 de Fevereiro em Paradela de Guiães; 22 de Fevereiro em Provesende; 1 de Março em Sabrosa; 8 de Março S.Cristóvão do Douro; 15 de Março em S Lourenço de Ribapinhão; 22 de Março em S. Martinho de Anta; 29 de Março em Souto Maior; 5 de Abril em Torre do Pinhão, 12 de Abril em Vilarinho de S. Romão.-----

Procedeu-se, durante este período à distribuição dos pelouros entre o Presidente e o Vice-Presidente da seguinte maneira: Presidente – Coordenação Geral, Planeamento, Protecção Civil, Gestão Financeira, Educação, Património e Cultura, Tempos livres e Desporto, Acção Social, Cooperação Externa, promoção do desenvolvimento e Obras Particulares, Turismo e Floresta. Vice-Presidente – Defesa do Consumidor, Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e Comunicações, Habitação, Ambiente e Saneamento Básico, Ordenamento do Território e Urbanismo, Obras Municipais e Saúde, RMU, Caça e Pesca, Trânsito. Alguns destes pelouros foram propostos aos Senhores Vereadores do PSD e do PS, mas não aceitaram.-----

Participação no Encontro Nacional de Eleitos Locais e no Congresso da ANMP.-----

Nomeação do Presidente da Câmara de Sabrosa como membro do Conselho consultivo do Centro de Formação Profissional de Vila Real.-----

Reunião da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD) agendada, mas que não chegou a realizar-se por falta de quórum. Contudo, analisou-se a hipótese de manter esta Associação “viva” se fosse possível utilizá-la como um importante instrumento de *lobby* uma vez que reúne todos os Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e assim poderia ter força política...-----

Tiveram lugar algumas reuniões na Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, e, seguindo a ordem estabelecida é agora Presidente do Conselho de Administração da AMVDN e da Associação Douro Histórico o Dr. João Luís Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Murça. O Presidente da Câmara de Sabrosa ficou também no Conselho de Administração, com o pelouro da formação.

Reunião com a gestora do programa “Sabrosa Viva” com vista à aplicação do saldo final; foi solicitado à Câmara que assegure a manutenção de uma técnica pelo período suplementar de dois meses, a fim de permitir à entidade gestora poder dar resposta às responsabilidades assumidas; foi também feita a análise do destino final do património material entretanto adquirido no âmbito do projecto.-----

Reunião com coordenadora do Centro de Acção Educativa (CAE) em que foi comunicado que existe a intencionalidade, por parte do Ministério da Educação, de encerrar algumas das escolas do Concelho.-----

Inglês nas escolas: prevê-se o seu início em Janeiro tendo havido algum atraso porque foi feita nova consulta a empresas com condições para prestarem este tipo de serviço.-----

Delegação Regional da Cultura do Norte – reunião com resultados positivos para a inclusão de Sabrosa nas rotas culturais.-----

Reunião de trabalho no Governo Civil para análise dos incêndios florestais no presente ano e ilações para o próximo. A partir de Janeiro o Senhor Governador Civil vai iniciar um périplo pelos Concelhos do Distrito de Vila Real.

Realização de reunião para dar continuidade ao protocolo já existente com a equipa dos Sapadores Florestais.-----

Reunião com as várias Instituições do Concelho: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sabrosa (para análise dos compromissos de apoio financeiro assumidos pelo anterior Executivo), Santa Casa da Misericórdia, APPACDM, Cruz Vermelha de Sabrosa, Comando da GNR (e visita das instalações),-----

Participação na Assembleia-geral e eleição dos órgãos sociais da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial. -----

O Município de Sabrosa esteve presente na 1ª reunião preparatória da “Comemoração dos 250 anos de História da Região Demarcada do Douro”, realizada na Régua no passado dia 14, quarta-feira. Pretende-se que seja um acontecimento

muito mediatizado, com projecção nacional e internacional. Foi nomeada uma “comissão organizadora não institucional” liderada pelo Prof. Gaspar Martins Pereira (director da Fundação do Museu do Douro recentemente aprovada em Conselho de Ministros e presidida pelo Prof. Artur Cristóvão). Sabrosa tem já, concebida e com boas perspectivas de financiamento, uma interessante iniciativa passível de ser integrada nestas comemorações que é o “*Fórum Duriense*”-----

Acompanhamento da Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, nas sessões temáticas organizadas em Mirandela (desenvolvimento empresarial), Régua (Vitivinicultura) e Lamego (Turismo e Cultura).-----

---Questionados pelo Sr. Presidente da mesa, os Srs. Deputados prescindiram da leitura da informação, por lhes ter sido entregue no inicio da sessão: Tomado conhecimento.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia propôs uma pausa, para reflexão, antes de se proceder à votação, da eleição dos representantes para Diversas Associações:-----

---**DOIS PONTO DOIS**-----

---Eleições de Um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndio:-----

--- Propostos os Presidentes das Juntas:-----

--- Lista A – José João Machado de Carvalho, Presidente da Junta de Parada do Pinhão; -----

--- Lista B – Cristiano Cândido Teixeira – Presidente da Junta de Celeirós do Douro.-----

--- Votos 30 (trinta); -----

--- Lista A – Votos 12 (doze); -----

--- Lista B – Votos 17 (dezassete); -----

--- Votos brancos – 1 (Um).-----

--- Eleito o Presidente da Junta de Celeiros do Douro, com 17 (dezassete) votos-----

---**DOIS PONTO TRÊS** -----

---Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital:-----

--- Propostos os Presidentes das Juntas:-----

--- Lista A – António Rodrigo da Silva Timóteo, Presidente da Junta de Torre do Pinhão;-----

--- Lista B – José António dos Anjos Pereira, Presidente da Junta de Sabrosa.-----

--- Votos 30 (trinta);-----

--- Lista A – Votos 12 (doze);-----

--- Lista B – Votos 17 (dezassete);-----

--- Votos brancos – 1 (Um).-----

---- Eleito o Presidente da Junta de Sabrosa com 17 (dezassete) votos.-----

----**DOIS PONTO QUATRO**-----

----Eleger um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal para decidir os pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho, de acordo com a Lei 12/2004 de 30 de Março:-----

---- Lista A - Deputado António Aventino Lopes da Silva:-----

----Votos 30 (trinta);-----

----Lista A – Votos 15 (quinze);-----

----Votos brancos – 13 (treze);-----

----Votos nulos – 2 (dois).-----

----Eleito o Sr. Deputado António Aventino Lopes da Silva, com 15 (quinze) votos.--

----**DOIS PONTO CINCO**-----

----Eleição e um Presidente de Junta para integrar o Conselho Cinegético Municipal:-

----Lista A – Mário Vilela Gonçalves - Presidente da Junta de S. Martinho de Anta--

--- Votos 30 (trinta);-----

--- Lista A – Votos 19 (dezanove); -----

---Votos brancos – 10 (dez); -----

---Votos nulos – 1 (um);-----

---Eleito o Presidente da Junta de S. Martinho de Anta com 19 (dezanove) votos)-----

----**DOIS PONTO SEIS**-----

---Eleição de um Presidente de Junta para a Associação Nacional de Municípios Portugueses:-----

----Propostos os Presidentes das Juntas:-----

----Lista A – Manuel Clemente Videira Correia Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão; -----

----Lista B – Manuel Marcelino Alves – Presidente da Junta de Vilarinho de S. Romão.-----

----Votos 30 (trinta);-----

----Lista A – Votos 11 (onze);-----

----Lista B – Votos 15 (quinze);-----

----Votos brancos – 4 (quatro);-----

----Votos nulos – 0 (zero).-----

----Eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho de S. Romão com 15 (quinze) votos.-----

----**DOIS PONTO SETE**-----

---Apreciação e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.-----

---O Sr. Presidente da Mesa Assembleia pôs à votação o Regimento da Assembleia Municipal, dizendo se alguém tiver que se pronunciar, pode fazê-lo, para se houver

algo a acrescentar o possamos fazer.-----

---- O Sr. António Aventino Lopes da Silva, tomou a palavra para dizer que depois de o ter lido verificou ser bastante semelhante ao anterior. -----

----O Sr. Presidente da Assembleia disse que face às solicitações apresentadas, e à intervenção solicitada pelo Múncipe teve algumas dúvidas. Nesta situação especifica haverá necessidade ou não de previamente ou antecipadamente também nos ser transmito para ser discutido antes da Ordem do Dia e poder dar resposta convenientemente, e parece que o artº. 20º. Do regimento não é devidamente claro.---

----O Deputado Filipe Augusto da Cunha Correia disse que o Regimento poderia ser alterado dando oportunidade aos Múncipes de se pronunciarem ou fazerem qualquer reparo. -----

----O Deputado António Aventino Lopes da Silva, disse que as sessões são públicas e se a Assembleia assim o entender poderá dar resposta, mas feito o pedido com antecedência a resposta poderá ter mais qualidade.-----

----O Deputado Filipe Correia diz que este assunto deverá ser clarificado e, sendo públicas as sessões os Múncipes poderiam fazer as sua intervenções.-----

----O Presidente da Assembleia propôs o Regimento à votação. Foi aprovado por unanimidade.-----

----**PONTO TRÊS**-----

---- Appreciar a Proposta do Presidente da Câmara que se transcreve:-----

“ Considerando que a Lei nº. 5/2004 de 10 de Fevereiro –Lei das Comunicações Electrónicas – prevê no seu artigo 106º. O estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) relativos à implantação, passagem e atravessamentos de sistemas de equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal;-----

----Considerando que o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações regulamentou através do Regulamento nº. 38/2004 os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos municípios da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP);-

PROPONHO à Câmara Municipal, tendo como lei habilitante o artigo 106º da lei nº. 5/2004 de 10 de Fevereiro a fixação da taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para vigorar em 2006”.-----

----A Deputada Maria de Fátima Alves diz não compreender a aplicação dessa taxa e questiona o Executivo se está a seguir as directivas Governamentais na manutenção da taxa, no seu entender, deveria ser imputada às Empresa e não aos Múncipes, deveríamos reavaliar a referida proposta, uma vez que a Empresa já beneficia com a instalação dos telefones-----

----O Sr. Deputado José João Machado lembrou que a taxa está a ser aplicada.-----

--- O Sr. Deputado Paulo Jorge Ribeiro, pergunta se há forma de quantificar essa taxa, se essa taxa é o máximo ou o mínimo a aplicar.-----

---O Sr. Presidente da Câmara diz ser um assunto problemático, deveria o consumidor tomar uma atitude junto da DECO, concorda que essas taxas possam ser aplicadas às empresas. Relativamente à aplicação desta taxa informou que a receita foi de cerca de mil euros.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou a referida Proposta à votação:-----

---Foi aprovada com maioria, com o voto contra da Deputada Maria de Fátima Leite Gomes Alves.-----

---Sendo vinte e uma horas e trinta minutos deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta.-----
